

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 03/2016/CONSU

Aprova Regimento Interno do Núcleo de Gestão Ambiental - NGA.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Sergipe, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o Artigo 195 da Resolução nº 03/2014/CONSU;

CONSIDERANDO o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente. Publicada em 2009;

CONSIDERANDO o parecer do Relator, **Cons. CLAUDSON OLIVEIRA BRITO**, ao analisar o processo nº 20.562/2015-92;

CONSIDERANDO ainda, a decisão unânime deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada,

RESOLVE:

- **Art. 1º** Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), de acordo com o Anexo que integra a presente Resolução.
 - Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de março de 2016.

REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antoniolli PRESIDENTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 03/2016/CONSU ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

- **Art. 1º** Este Regimento Interno estabelece as normas de funcionamento e estruturação do Núcleo de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Sergipe, considerando que é dever da Universidade:
 - I. estimular, promover e apoiar a sustentabilidade socioambiental, através de atividades de ensino, pesquisa, extensão;
 - II. estabelecer mecanismos de fomento ao desenvolvimento de projetos nas áreas socioambiental e de gestão da Universidade;
 - III. desenvolver ações conjuntas entre a Administração Central, Administração dos *Campi*, Unidades, Órgãos e Comunidade da UFS, de modo a assegurar uma gestão ambiental integrada e eficaz;
 - IV. promover a gestão compartilhada e integrada de resíduos;
 - V. estabelecer política interna de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, visando estimular a implantação de práticas sustentáveis em todos os seus setores;
 - VI. prover condições adequadas de mobilidade; e
 - VII. atender e fazer cumprir as diretrizes prescritas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

CAPÍTULO II Do Núcleo de Gestão Ambiental

Art. 2º O Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) é vinculado à estrutura da Reitoria e subordinado ao Gabinete do Vice-Reitor e poderá ser composto por servidores lotados em diferentes entes administrativos (diretorias, pró-reitorias, departamentos e coordenadorias) para subsidiar a estrutura administrativa na tomada de decisões.

CAPÍTULO III De sua Estrutura

- Art. 3º O Núcleo de Gestão Ambiental é composto por:
- I. Coordenador do Núcleo;
- II. Comissão de Gestão de Resíduos:
- III. Comissão de Gestão de Flora e Fauna;
- IV. Comissão de Gestão de Licenciamento Ambiental;
- V. Comissão de Gestão da A3P;
- VI. Comissão de Gestão de Indicadores Institucionais de Sustentabilidade; e
- VII. Comissão de Gestão de Mobilidade.
- §1º O Coordenador do NGA, bem como as suas comissões, deverão ser nomeadas através de portarias do Reitor.
 - §2º O Coordenador do NGA também será o Coordenador das Comissões.

CAPÍTULO IV Dos Valores

Art. 4º São valores do NGA: sustentabilidade, excelência, presteza, eficiência, transparência, ética, comprometimento social, legalidade, integração, igualdade, responsabilidade, democracia, inovação, empreendedorismo, cidadania e espírito de equipe.

CAPÍTULO V Da Missão

Art. 5º O NGA tem como missão promover, coordenar e acompanhar, de forma integrada, as políticas e atividades da UFS envolvendo o Meio Ambiente, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, visando à qualidade de vida da comunidade acadêmica e de seu entorno e à formação de cidadãos consciente de seu papel na preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO VI Da Finalidade

Art. 6º O NGA tem por finalidade: zelar pelas boas práticas de sustentabilidade ambiental; monitorar as ações que envolvem atividades relacionadas ao meio ambiente; estimular e promover as atividades de pesquisa e extensão na solução de problemas ambientais; promover e ministrar cursos de capacitação, relacionados ao meio ambiente, no âmbito da comunidade universitária, e; disponibilizar para a sociedade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades desenvolvidas no âmbito do NGA.

CAPÍTULO VII Dos Objetivos e Atribuições

Art. 7º São objetivos do Núcleo de Gestão Ambiental:

- I. buscar consolidar uma instituição sustentável com base no âmbito social e ambiental;
- II. incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão para o fomento e disseminação de tecnologias visando a redução dos danos ambientais;
- III. instigar a discussão da responsabilidade ambiental mediante a promoção de eventos (seminários, workshop, reuniões técnicas etc.) sensibilizando a comunidade acadêmica para a problemática ambiental;
- IV. estimular a incorporação dos princípios da responsabilidade socioambiental e econômica nas atividades do ensino, da pesquisa e da extensão bem como das atividades administrativas da LIFS:
- V. buscar uma contínua melhoria de procedimentos administrativos e técnicos para a mitigação e prevenção dos impactos ambientais provenientes das suas ações, em concordância com a legislação ambiental vigente;
- VI. propor programas e medidas de incentivo ao uso racional de recursos da UFS;
- VII. apoiar iniciativas de inclusão social associadas à gestão ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável;
- VIII. propor e acompanhar a política ambiental da Universidade, incluindo ações relativas à gestão de resíduos, eficiência energética, uso das águas e conservação da biodiversidade em seus *campi*;
 - IX. articular os setores acadêmicos para implementação de ações que atendam à política ambiental da Universidade;
 - X. coordenar a implementação das ações de gestão ambiental entre os diversos órgãos da UFS, sugerindo alterações necessárias para o efetivo cumprimento de seus objetivos;
 - XI. organizar e incentivar a capacitação de servidores quanto à gestão ambiental; e
- XII. elaborar anualmente relatório de sustentabilidade ambiental da UFS.

CAPÍTULO VIII Do Coordenador

Art. 8° Compete ao Coordenador:

- I. coordenar as atividades e equipes do NGA;
- II. representar as atividades do NGA dentro e fora da Universidade;
- III. buscar parcerias;
- IV. acompanhar as ações dos Conselhos dos Campi, e;
- V. elaborar relatório anual acerca das ações e projetos desenvolvidos pelo NGA.

CAPÍTULO IX Das Comissões

Art. 9° Compete às Comissões:

- I. acompanhar as atividades sob responsabilidade do NGA bem como do seu coordenador;
- II. se necessário representar as atividades do NGA dentro e fora da Universidade, em questões específicas, quando solicitado, e;
- III. propor políticas e procedimentos nas áreas específicas a cada gestão envolvido no NGA.

CAPÍTULO X Da Gestão de Resíduos

- **Art. 10.** As ações necessárias para mitigar os problemas relacionados com a geração, manejo e destino final de resíduos nos *campi* da UFS, incluem:
 - I. levantamento e mapeamento de todas as fontes de resíduos no Campus, acompanhados de sua caracterização quali-quantitativa e de seus possíveis impactos à saúde e ao meio ambiente:
 - II. identificação e mapeamento dos pontos de lançamento de efluentes nos corpos d'água;
 - III. identificação e mapeamento de pontos existentes de armazenamento e, ou, destino final de resíduos sólidos;
 - IV. identificação e mapeamento das áreas com possibilidades de funcionamento como pontos provisórios de armazenamento e, ou, destino final de resíduos perigosos, de origem química ou biológica;
 - V. planejamento e execução de programas de minimização na fonte, recuperação, tratamento e, ou reciclagem de resíduos sólidos;
 - VI. planejamento e execução de unidades de tratamento e manejo de efluentes de atividades agropecuárias e industriais e da Estação de Tratamento de Água, contemplando ações de reciclagem e/ou, reuso;
 - VII. realizar diagnóstico dos resíduos, por unidade de sustentabilidade;
 - VIII. desenvolver o Plano de ação para redução de resíduos;
 - IX. estabelecer uma logística interna dos resíduos sólidos que prime pela segregação para reaproveitamento dos resíduos e redução da quantidade para disposição final;
 - X. fortalecer as estratégias de logística reversa;
 - XI. criação de centro de acondicionamento intermediário de resíduos sólidos proveniente dos locais primários, prévio ao encaminhamento ao destino final, e;
 - XII. mapear pontos de coleta dos diversos tipos de resíduos gerados, para facilitar o monitoramento institucional e para a orientação do usuário.

CAPÍTULO XI Da Gestão de Flora e Fauna

- **Art. 11.** As ações necessárias para o manejo e conservação da flora e da fauna nos *campi* da UFS compreendem:
 - I. cadastramento e mapeamento de todos os fragmentos florestais nativos existentes no território dos *campi*, com regularização da situação fundiária, mediante criação de uma comissão específica para tal finalidade;

- II. realização de inventários e registro das espécies nativas e exóticas da fauna e flora nos *campi* da UFS:
- III. adoção de medidas de proteção para as áreas que contêm fragmentos florestais como colocação de placas de advertências e de proibições, cercamentos e realização de fiscalizações periódicas para disciplinamento de usos;
- IV. utilização dos habitats existentes nos *campi* da UFS como abrigo da fauna e flora próprias da região, monitorando as espécies introduzidas;
- V. criação de corredores ecológicos interligando os fragmentos florestais, visando à mobilidade da fauna e o fluxo gênico das espécies nativas;
- VI. realização de plantios de enriquecimento segundo orientações dos especialistas, preservando as características ecológicas da área, nos locais indicados a partir dos inventários; e,
- VII. estabelecer normas para controle de animais domésticos, principalmente no caso de cães e gatos, definindo a frequência e as condições de segurança para a condução destes animais nos *campi* da UFS.

CAPÍTULO XII Da Gestão de Licenciamento Ambiental

- **Art.12.** As ações necessárias para a gestão relacionadas aos licenciamentos ambiental nos *campi* da UFS compreendem:
 - caracterizar todos os ambientes de uso antrópico intensivo nas áreas dos *campi*, compreendendo as construções, vias, estacionamentos, áreas de circulação de pessoas e áreas de lazer;
 - II. promover e acompanhar o monitoramento de atividades impactantes, incluindo aquelas relacionadas aos ruídos e ao ar;
 - III. promover a proteção do patrimônio paisagístico nas áreas dos *campi* da UFS;
 - IV. promover programas de relacionamentos entre a UFS e a comunidade do seu entorno;
 - V. promover estudos detalhados relacionados aos meios físico, biológico e antrópico nas áreas dos *campi* da UFS, considerando os ambientes comuns e em expansão;
 - VI. verificar e acompanhar os Licenciamentos Ambientais nos *campi* da UFS;
 - VII. monitorar e emitir relatórios, juntamente com os órgãos e, ou áreas específicas envolvidas nos processos de Licenciamento Ambiental nos *campi* da UFS;
 - VIII. manter um sistema atualizado de informações relacionados aos Licenciamentos Ambiental dos *campi* da UFS;
 - IX. sempre que necessário requerer, renovar e acompanhar os Licenciamentos Ambiental junto aos órgãos ambientais competentes, nas esferas federal, estadual e municipal;
 - X. monitorar todas as atividades impactantes nas áreas dos *campi*, emitindo relatórios periódicos e propondo soluções para a minimização ou potencialização dos impactos ambientais relevantes; e,
 - XI. acompanhar os representas dos órgãos licenciadores nos procedimentos de vistorias técnicas.

CAPÍTULO XIII Da Gestão da A3P

- **Art. 13.** A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. A A3P também busca:
 - I. sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
 - II. promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
 - III. contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública:
 - IV. reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; e,
 - V. contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

CAPÍTULO XIV

Da Gestão de Indicadores Institucionais de Sustentabilidade

- **Art. 14.** As ações necessárias para a Gestão dos Indicadores Institucionais de Sustentabilidade, que envolvem o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas e indicadores de sustentabilidade nos *campi* da UFS, incluem:
 - I. elaborar documentos e relatórios com normas técnicas e de compromissos institucionais relativos à sustentabilidade;
 - II. coordenar as ações relativas ao Plano de Sustentabilidade da UFS, de forma articulada com órgãos e segmentos acadêmicos;
 - III. propor e auxiliar na articulação de parcerias com instituições públicas e privadas para a promoção da sustentabilidade;
 - IV. desenvolver e apoiar a operacionalização de programas e projetos relativos à sustentabilidade;
 - V. mapear e analisar os processos institucionais com vistas ao aprimoramento da execução e redução de desperdícios;
 - VI. definir indicadores que sirvam de parâmetros adequados à avaliação do bem-estar da comunidade acadêmica, bem como das condições de trabalho do corpo técnico e docente;
 - VII. monitorar o uso dos recursos naturais (água, energia etc.), sugerindo ações para a conservação e reaproveitamento desses recursos; e,
 - VIII. propor e organizar oficinas de sensibilização com temas relacionados à sustentabilidade.

CAPÍTULO XV Da Gestão de Mobilidade

- **Art. 15.** A Gestão de Mobilidade nos *campi* da UFS esta fundamentada nos seguintes princípios determinados na Política Nacional de Mobilidade (Lei 12.587/2012):
 - I. acessibilidade universal;
 - II. desenvolvimento sustentável dos *campi* da UFS, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
 - III. gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Gestão de Mobilidade na UFS;
 - IV. segurança nos deslocamentos das pessoas;
 - V. equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros nos campi da UFS; e,
 - VI. eficiência, eficácia e efetividade na circulação interna nos *campi* da UFS.
 - **Art. 16.** As ações necessárias para a Gestão da Mobilidade nos *campi* da UFS compreendem:
 - I. incentivar a criação de vias específicas nas áreas dos *campi* da UFS, para o transporte não motorizado;
 - II. propor medidas para mitigar os custos ambientais e sociais quanto aos deslocamentos de pessoas e cargas nas áreas dos *campi* da UFS;
 - III. propor o estabelecimento de áreas específicas para o transporte motorizado coletivo (ônibus e vans) nos estacionamentos dos *campi* da UFS;
 - IV. propor e, ou ampliar as políticas de inclusão envolvendo idosos e deficientes;
 - V. auxiliar quanto a definição das sinalizações viárias e de trânsito nos *campi* da UFS;
 - VI. propor e implementar campanhas educativas e de treinamento quanto a mobilidade urbana nos *campi* da UFS; e.
 - VII. promover a articulação com órgãos das esferas federal, estadual e municipal quanto a mobilidade de pessoas e veículos nas áreas internas e externas dos *campi* da UFS.

CAPÍTULO XVI Das Disposições Gerais

Art. 17. Esse Regimento só poderá sofrer modificações por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Universitário (CONSU).

- **Art. 18**. De conformidade com a competência de cada autoridade universitária, as disposições regimentais serão complementadas e explicitadas pelos seguintes instrumentos:
 - I. Resoluções;
 - II. Portarias;
 - III. Instruções Normativas;
 - IV. Instruções de Serviço;
 - V. Manuais;
 - VI. Procedimentos Operacionais; e
 - VII. Ordens Internas.

CAPÍTULO XVII Das Disposições Transitórias

Art. 19. Esse Regimento entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de março de 2016.